

Contribuições para o conceito de opinião pública

Rubens Figueiredo

Diretor do CEPAC

Sílvia Cervellini

Gerente de Planejamento e Atendimento do IBOPE Opinião

Resumo

Os autores retomam algumas críticas sobre o problema da definição de opinião pública e apresentam uma proposta conceitual que contempla quatro aspectos. O primeiro aspecto diz respeito à opinião pública quanto ao processo de formação, que deve ser o debate público; o segundo diz respeito à sua forma, ou seja, a expressão pública da opinião; o terceiro é o objeto específico da opinião, que diz respeito à relevância necessária para gerar o debate público. Finalmente, o quarto aspecto é o sujeito da opinião pública, que não tem limites precisos a não ser seu aspecto coletivo.

Palavras-chave: debate político, teoria da opinião pública, formação da opinião

Abstract

The authors discuss some critics about the problem on conceptualizing the public opinion, and they make a conceptual proposal which covers the following four aspects: the first one is the process of formation of the public opinion, which is the public debate; the second one is about its shape, or the public opinion expression of the opinion; the third one is the specific issue of the opinion, which refers to the relevance acquired to create the public debate. Finally, the fourth aspect is the agent of the opinion, which has an precise limitations, but the collective aspect.

Keywords: public debate, public opinion theory, opinion formation

Nos últimos anos, os brasileiros familiarizaram-se com a expressão “opinião pública”, que passou a aparecer com frequência nos jornais, revistas, rádios e televisões, além de fazer parte de discursos de candidatos e justificativas para escolhas de ocupantes de cargos públicos.

Paralelamente, os institutos de pesquisa de opinião começaram a divulgar cada vez mais seus resultados e os pesquisadores da área das Ciências Humanas passaram a estudar e disseminar com maior regularidade seus estudos sobre o que se convencionou chamar de “fenômenos de opinião pública”. A própria criação do CESOP e a publicação dessa revista são reflexos desse crescimento da importância atribuída à opinião pública em nosso país.

No entanto, pouco se discutiu até agora no Brasil - tanto no plano acadêmico como no jornalismo mais ilustrado - sobre a natureza dessa categoria de fenômenos considerados como de opinião pública, ou ainda, se preferimos, dessa entidade que muitos tratam de “opinião pública”. É um tema que fascina, a julgar pela quantidade de vezes que aparece na mídia, pelo apelo jornalístico que tem e pelos debates que provoca. Mas que não vem sendo estudado de forma sistemática¹.

As dificuldades enfrentadas por alguém que se aventure a conceituar o que seja a opinião pública advém de quatro ordens de fatores mais relevantes. Em primeiro lugar, quando nos referimos à opinião pública, agrupamos eventos e situações que se apresentam como objetos de estudo de diferentes áreas das Ciências Humanas: Ciência Política, Sociologia, Antropologia, Comunicação, Economia e Psicologia Social. Desse modo, uma conceitualização que se pretenda universal deve utilizar os instrumentos dessas diversas ciências, ou seja, a abordagem teria que ser necessariamente multidisciplinar. Qualquer conceitualização que dê ênfase a um aspecto específico - a economia e suas expectativas racionais, por exemplo -, certamente pecará pelo reducionismo.

No campo da opinião pública, parece ter acontecido o inverso de outras áreas do conhecimento, onde teorias gerais informam e balizam os estudos que vão progressivamente ficando mais especializados. Nos estudos de opinião pública, a hiper-especialização antecedeu a elaboração de uma teoria geral. Não por acaso, John R. Zaller comenta: “we know much more about the details of particular dependent variables than we do about theoretical mechanisms that span multiple research domains”². Nesse sentido, é razoável afirmar que sabemos cada vez mais sobre cada vez menos.

¹ Para corroborar essa afirmação, é conveniente lembrar que os estudos existentes ou são introdutórios ou contam experiências pessoais. São os casos de Figueiredo e Cervellini (no prelo); Gomes C. (1993) e Farah (1992).

² Zaller (1993), “sabemos muito mais sobre os detalhes de variáveis dependentes particulares do que sobre mecanismos teóricos que atravessam múltiplos domínios de pesquisa” (n.e.).

Em segundo lugar, a expressão opinião pública faz parte da família de conceitos que podem ser considerados clássicos em algumas ciências. No caso da Ciência Política, por exemplo, a questão da opinião pública (a “lei da opinião ou reputação”) aparece nos escritos de J. Locke como uma espécie de substrato moral da sociedade. No *Contrato Social*, a opinião pública surge em estreita correlação com a soberania popular, as leis, os costumes e a moral. O fenômeno foi também estudado por pensadores importantes como Kant, Burke, Bentham e Benjamin Constant³.

Em terceiro lugar, a “popularização elitizada” da expressão emprestou uma amplitude à idéia de opinião pública que faz qualquer conceito parecer limitado, ou radical, em termos de impor regras classificatórias muito rígidas. Ademais, existe uma tendência da mídia a tratar os fenômenos de opinião pública exatamente como “fenômenos”, algo fora do normal. Talvez os exemplos mais marcantes sejam as campanhas das eleições diretas, que “mobilizaram a opinião pública”, a morte de Ayrton Senna, que “consternou a opinião pública” ou as atitudes de Collor, “que afrontaram a opinião pública”. Dessa forma, retira-se do senso comum a possibilidade de entender como “fenômenos de opinião pública” manifestações mais localizadas, no plano da quantidade dos sujeitos, ou mais latentes, no plano do nível de expressão de opiniões.

Em quarto lugar, a idéia de opinião pública ficou muito contaminada com o surgimento das pesquisas de opinião, na década de 1930 nos EUA. Como o conceito de opinião pública é anterior às pesquisas e como as pesquisas retratam os aspectos mais visíveis, interessantes e discutidos da opinião pública, é natural que a associação pesquisa-opinião pública seja feita, ainda que essa associação certamente não ajude no esforço de se conceituar algo que, afinal, existe independentemente das pesquisas.

Para completar o quadro, Pierre Bordieu⁴, em texto muito comentado, defende a tese de que a opinião pública, simplesmente, não existe. Associando opinião pública às pesquisas, Bordieu se apóia basicamente em três argumentos contestatórios. Primeiro, nós pesquisadores partiríamos da errônea premissa de que a produção de opinião esteja ao alcance de qualquer indivíduo. Segundo, nós também partiríamos do falso pressuposto de que todas as opiniões têm o mesmo valor. Por último, Bordieu duvida que os temas pesquisados sejam de real interesse de todos os respondentes, ou seja, ele acredita que impomos assuntos que nos parecem importantes, sem nos basearmos em um real consenso a esse respeito.

Diante de tais dificuldades, o presente artigo pretende sistematizar o longo debate que vem ocorrendo em torno das alternativas conceituais sobre opinião

³ Matteucci (1986).

⁴ Uma discussão interessante sobre as idéias de Bordieu está em Beniger (1992).

pública e ir um pouco além, fornecendo uma conceituação operacionalizável e suficientemente abrangente, que seja capaz de dar conta da pluralidade de manifestações da opinião pública, evidentemente sem nenhuma pretensão de ser definitiva. Trata-se, antes, de um estímulo inicial para uma discussão que deve ser levada adiante com persistência por todos os que pretendem criar e fortalecer um espaço exclusivo para o estudo dos fenômenos de opinião pública, sem compartimentalizá-lo a nenhuma disciplina específica nem reduzi-lo aos instrumentos analíticos desta ou daquela ciência.

O longo debate e novas reflexões

Procurando sistematizar uma controvérsia de 200 anos, Harwood L. Childs fez, em 1965, uma análise das diversas definições sobre opinião pública e concluiu que todas pecavam por “confinar” o sentido da expressão com base em alguma premissa limitadora, conforme mostra o quadro resumido abaixo.

Tabela 1
Definições de opinião pública*

	Tipo de definição	Limite
1.0	Julgamento social ou consciência comunitária sobre questão de interesse geral, após discussão racional.	O processo de formação da opinião pública não é sempre racional.
2.0	Sentimentos sobre qualquer assunto entre grupo dos mais informados, inteligentes e moralmente superiores da sociedade	Elitiza o sujeito da opinião pública. Não existem critérios objetivos para definir quem sejam os “moralmente superiores”.
3.0	Quando o grupo envolvido é secundário, sem intermediações, sem contato direto com a fonte.	Restringe mais uma vez o sujeito da opinião pública.
4.0	Atitudes, sentimentos e idéias de um grande número de pessoas sobre um assunto público importante.	Limita os fenômenos a assuntos públicos importantes desconsiderando aqueles que podem vir a ser importantes.
5.0	Opinião que, embora não necessariamente consensual, seja majoritariamente aceita.	Não lida com as freqüentes situações de conflito.
6.0	Opinião pública é um composto de número e intensidade de opiniões.	Número e intensidade qualificam, e não definem, opinião pública.
7.0	Reações e afirmações definidas em uma situação de entrevista.	Opera um reducionismo, pois associa a opinião pública ao momento da entrevista.
8.0	Opiniões das pessoas que o governo acha por bem conhecer e seguir.	Restringe o sujeito e os temas da opinião pública.

*Tabela preparada pelos autores a partir de sistematização das informações sobre H. L. Childs, citadas in Oskamp (1977)⁵.

⁵ Oskamp (1977).

Acreditando estar resolvendo definitivamente a questão, Childs define opinião pública como “coleção de (quaisquer) opiniões individuais”. Na verdade Childs, ao tentar resolver um problema - a limitação que várias definições impõem a opinião pública - acaba criando outro, pois propõe uma definição extremamente genérica que, a rigor, não define nada. No limite, a opinião de um casal sobre um determinado sapato poderia ser interpretada como um fenômeno de opinião pública, na medida em que se trata de uma “coleção de opiniões individuais”.

Concretamente, no nosso dia-a-dia, verificamos os efeitos de algumas das definições resumidas acima. O jornalista Fernando Pedreira, por exemplo, associou a opinião pública, em um de seus artigos, às matérias e comentários que aparecem na mídia (limitou o público, igualando-o aos meios de comunicação). Um outro jornalista, Elio Gaspari, em uma análise sobre o início do governo de Fernando Henrique Cardoso, entendeu opinião pública como o povo na rua (usou como critério a influência ou pelo menos a visibilidade do fenômeno).

Certamente o senso comum associa mais freqüentemente a idéia de opinião pública aos resultados das pesquisas, provavelmente porque essa é sua forma concreta mais óbvia e mais divulgada nos dias de hoje. Mas além do público em geral, muitos analistas preferem compreender a opinião pública como o resultado que se verifica nas pesquisas. Essa identificação traz vários problemas, muito bem expostos em um texto de Bernard Manin, “Le concept d'opinion publique”⁶. Neste texto o autor descreve as 3 dimensões básicas no debate entre críticos e defensores das pesquisas, mostrando que elas correspondem às diferenças essenciais de conceituação da opinião pública.

A primeira dimensão é paralela à limitação, criticada por Childs, em relação ao tipo de público que pode ser o ator da opinião pública. Os críticos das pesquisas não aceitam que igualem todas as opiniões individuais, dando o mesmo peso para segmentos mais ou menos politizados, organizados, influentes, escolarizados ou informados sobre o tema pesquisado.

Os defensores das pesquisas rebatem dizendo que com o advento do sufrágio universal cada voto vale um voto, independentemente da qualificação do eleitor. Em termos de organização, influência e informação, os comícios do PT em 1989 e 1994 foram muito mais ruidosos, organizados e concorridos do que os de seus adversários, mas nem por isso o candidato petista venceu seus concorrentes. Finalmente, com relação à informação, os defensores das pesquisas argumentam que opinião é diferente de conhecimento. Do ponto de vista psicológico, a opinião está mais perto das crenças do que de atitudes formadas sobre bases

⁶ Manin (s/d)

absolutamente racionais e bem informadas⁷.

A segunda vertente das críticas centra-se na idéia de que as pesquisas estariam medindo algo completamente diferente das definições históricas de opinião pública, localizadas no final do século XVIII e começo do século XIX. Naquele contexto, a opinião pública era encarada como base de legitimação da democracia (contratualismo) e o requisito básico para tal seria a existência de uma deliberação racional, exprimindo um interesse geral resultante. Habermas, um dos expoentes dessa vertente, coloca a opinião pública, tal como aparece atualmente, como parte do que ele considera uma deterioração da rede comunicativa embasada em um debate racional entre cidadãos. Conforme explica Manin⁸, para Habermas as pesquisas medem “opiniões comuns” mas não “opinião pública”. A racionalidade, dentro da tradição da Escola de Frankfurt, deve ser o caminho para a utopia da emancipação e só existe ao lado de uma “discussão pública, que não sofre restrições e que é isenta de dominação, sobre a adequação e a conveniência de princípios e normas que orientem o agir à luz dos reflexos sócio-culturais.... Uma comunicação dessa espécie, em todos os níveis dos processos políticos e repolitizados de formação da vontade”⁹. Trata-se, portanto, de uma visão racionalista da opinião pública, que estaria deslegitimando qualquer manifestação pública baseada em fatores de caráter mais emocional, ou debates que Habermas consideraria despolitizados.

A terceira dimensão da polêmica é paralela à anterior, pois usa como ideal de opinião pública aquela que se origine de uma discussão espontânea entre atores livres de influências externas e que serviria de base para a vida democrática. Conforme descreve Susan Herbst¹⁰, Pierre Bordieu, no seu texto “A Opinião Pública não Existe”, levanta a questão da imposição de problemáticas aos entrevistados, que se estivessem livres da pressão não escolheriam aqueles temas para opinar. Nesse sentido, nós pesquisadores estaríamos fazendo parte de uma elite que controla o teor das discussões públicas.

⁷ “Um dos mais interessantes aspectos sobre questões públicas é o grau em que as pessoas preferem sustentar opiniões ‘vigorosas’ em matérias sobre as quais não possuem quase informação nenhuma”. Lane e Sears (1966).

⁸ Manin, op. cit.

⁹ Habermas (1983).

¹⁰ Herbst (1992).

Uma proposta conceitual inicial

Retomando essas críticas, podemos dizer que parte dos problemas da definição de opinião pública são realmente consequência de sua identificação com as pesquisas: o peso de cada indivíduo, a espontaneidade, a deliberação. Para evitar isso, pretendemos, seguindo a sugestão de Manin¹¹, conceber a opinião pública levando em conta a sua pluralidade. Segundo essa idéia, não existe uma, mas várias maneiras de identificar os fenômenos de opinião pública. Faria sentido falar em “opiniões públicas”. Assim, “a” opinião pública se expressa através dos grupos organizados, das manifestações mais ou menos espontâneas, das pesquisas, das eleições, dos comícios, das discussões em reuniões sociais, dos meios de comunicação etc. Nesse sentido, a opinião pública não designa apenas uma coisa, mas várias. Isso porque a coletividade também não tem uma única forma de se manifestar, mas diversas.

Um dos pioneiros na tentativa de conceituar opinião pública na sociedade moderna foi Walter Lippman¹². Ele alertava para o fato de que o mundo onde vivemos é muito vasto e complexo para que cada um de nós possa apreendê-lo sozinho, de forma independente. Hoje, ao formarmos uma opinião sobre qualquer assunto, teremos necessariamente que contar com informações produzidas e veiculadas por instituições e não obtidas exclusivamente de nossa experiência individual, se é que existe experiência exclusivamente pessoal¹³.

Isso chama atenção para o primeiro aspecto de nossa proposta de conceito de opinião pública, que diz respeito à *sua origem ou ao processo de sua formação*. Ela deve se originar do debate público, ou seja, de um processo de discussão coletiva, implícito ou explícito. A diferença entre esse requisito e a idéia de “discussão pública” usada por Habermas¹⁴ é que não impomos “a priori” um tipo de racionalidade ao debate, nem esquecemos que concretamente falando, numa sociedade de massas as discussões podem se dar de maneiras difusas e muito complexas, sem que fiquem explicitadas. Até mesmo o processo de transmissão de comportamentos, via educação formal e informal, pode ser encarado como uma discussão coletiva.

Um segundo elemento do conceito diz respeito à *sua forma*. Trata-se da necessidade de que haja expressão pública da opinião, pois isso seria um pré-requisito ao debate. Daí a importância das pesquisas, pois elas são capazes de expressar aspectos latentes do conjunto dos pensamentos individuais e, portanto, da própria sociedade. Talvez possamos dizer que as pesquisas são uma das formas

¹¹ Manin, op. cit.

¹² Lippman (1993).

¹³ A questão da formação da opinião pública é discutida por Oskamp, op. cit.

¹⁴ Habermas, op. cit.

em que a deliberação ocorre hoje em dia, funcionando como veículos de troca de informações sobre temas que já estão sendo discutidos e pensados por alguns grupos ou pessoas, mas que nem por isso são totalmente estranhos aos outros. Lippmann¹⁵ é bem realista ao dizer que em um sistema como o nosso os cidadãos não têm que ser interessados, bem informados e dispostos a tratar de todos os assuntos da vida pública com a mesma dedicação que cuidam de seus problemas privados, tendo sido criadas instituições e mecanismos que dão conta disso.

A definição de opinião pública deve também pressupor um *objeto* específico. Assim, o tema que gera a opinião deve ser relevante o suficiente para gerar a discussão pública. Isso significa dizer que o tema tem que ser, em alguma medida, público, ao menos para que os participantes do debate se ponham minimamente de acordo a respeito do que está sendo debatido. A opinião de um homem casado sobre sua sogra, por exemplo, não é um fenômeno de opinião pública. No entanto, se de alguma forma essa opinião ganha relevância pública - se esse é o ponto principal da trama de uma novela de grande audiência ou uma questão que envolva o presidente da República -, a opinião daqueles que discutem o tema passa a ser uma manifestação de opinião pública.

Talvez seja este o aspecto mais problemático da nossa definição, pois trata-se de um foco de críticas que não desaparece quando deixamos de igualar opinião pública a resultados de pesquisa. A discussão estaria centrada na palavra “pública”, ou seja, o que diferencia o debate de interesse público daquele de interesses privados? Quais as conseqüências de não limitarmos nosso objeto por critérios valorativos, como gostaria Habermas? Acreditamos que este tema é recorrente na Ciência Política e que a polêmica não seria exclusiva aos pesquisadores de opinião pública, mas que devemos participar dela mais ativamente.

Por último, quanto ao *sujeito* da opinião pública, não acreditamos haver nenhuma limitação, a não ser o aspecto coletivo, ou seja, a opinião pública tem que corresponder à opinião de um grupo de pessoas que tenham algumas características comuns, não importando se pertençam a elite ou a massa, se são informados ou não ou se formam a opinião de maneira racional ou emocional. Nesse contexto, as manifestações de minorias - por mais “minoritárias” que sejam - devem ser consideradas igualmente como uma das formas de manifestação da opinião pública.

Faz sentido chamar de opinião pública, segundo o raciocínio que está sendo desenvolvido, todo fenômeno que, tendo origem em um processo de discussão coletiva e que se refira a um tema de relevância pública (ainda que não diga respeito à toda a sociedade), esteja sendo expresso publicamente, seja por sujeitos individuais em situações diversas, seja em manifestações coletivas. Nos parece que

¹⁵ Lippmann, op. cit.

uma conceituação como essa fica a meio caminho entre as definições segmentadas expostas na primeira tabela, que certamente restringem o entendimento do tema, e a definição proposta por Childs, cuja abrangência e permissividade colocam no âmbito da opinião pública uma série enorme de acontecimentos que tomam o coletivo pelo público.

As grandes lacunas

Em seu livro, *The Nature and Origins of Mass Public Opinion*, Zaller¹⁶ faz uma crítica a todos nós, estudiosos da opinião pública, por não existirem esforços consistentes de se criar uma teoria geral, algo que tivesse uma validade mais abrangente, dando conta das diversas dinâmicas já relatadas em estudos individuais, a partir de fenômenos isolados.

Podemos lembrar de alguns modelos que mudaram o rumo dos estudos de opinião pública, principalmente na área de comportamento político e eleitoral, tais como “the spiral of silence”, “the agenda setting”, “the two-step flow of communication”. O que Zaller questiona é não procurarmos extrapolar esses modelos para outros contextos de opinião pública e principalmente não procurarmos conectá-los ou contrapô-los a fim de chegar a modelos mais gerais.

Nesse sentido, apesar de não ser um modelo geral, a definição de algumas “propriedades da opinião pública” é um avanço e foi uma tarefa bem desempenhada por Key¹⁷, tratando de alguns níveis de abordagem muito úteis para a descrição e análise das manifestações de opinião pública: distribuição, direção, intensidade, coerência e latência.

Distribuição é a forma como as opiniões individuais sobre um tema estão agrupadas. Assim, podemos encontrar situações de consenso absoluto, onde todos têm a mesma opinião, até uma situação de total dissenso, onde cada um tem uma opinião diferente. A distribuição observada nos dá, portanto, uma idéia do possível conflito em torno de algum assunto. Citando um exemplo recente, a lei da Prefeitura de São Paulo proibindo o consumo de cigarros em bares e restaurantes é apoiada, segundo dados divulgados pelo Instituto Datafolha e pelo IBOPE, por cerca de três quartos dos eleitores. Apesar de toda a polêmica que aparece na imprensa, as pesquisas indicam que não existe um clima real de conflito e que a lei provavelmente está sendo obedecida sem grande resistência por parte dos frequentadores de bares e restaurantes.

¹⁶ Zaller, op. cit.

¹⁷ Key Jr. (1961).

Quando falamos da direção da opinião pública, estamos nos referindo a um posicionamento que aparece ao analisar-se o conjunto das opiniões a respeito do tema em questão. A análise da direção da opinião pública pressupõe que para cada tema de interesse público existem escolhas a serem feitas. A direção informa basicamente se determinado grupo está a favor ou contra alguma coisa. Quando as pesquisas mostram que 63% dos eleitores apóiam o Plano Real, temos uma indicação da inclinação favorável da opinião pública sobre esse assunto.

Além da distribuição e da direção, outra característica muito importante para se descrever satisfatoriamente uma manifestação de opinião pública é a intensidade. Esta propriedade indica o grau de adesão a cada opinião, dando uma medida de força da manifestação. Pode-se imaginar facilmente que os efeitos de uma situação onde a opinião pública é muito intensa são bem diferentes daqueles onde a força da adesão é menor. Durante a reforma constitucional de 1995, a maioria da opinião pública era favorável ao fim do monopólio estatal do petróleo. Mas a intensidade, o grau de adesão a essa tese, era muito menor do que o da minoria que era contrária à mudança, e que realizou ruidosas e seguidas manifestações contra o fim do monopólio.

Além de perceber para onde a opinião pública está apontando através de medidas de direção, com que nível de conflito, observando a distribuição e com que força, medindo sua intensidade, a outra propriedade presente na maioria das análises sobre fenômenos de opinião pública é a coerência ou consistência interna dos fenômenos.

Seguindo sua abordagem de tratar os dados em nível agregado, Everett Ladd¹⁸ fez uma análise das tendências da opinião pública americana sobre aborto. Em uma mesma pesquisa, 51 % dos entrevistados concordaram com a frase “toda mulher tem o direito de controlar o seu próprio corpo”, mas também 80% se opuseram à idéia de usar o aborto como forma de controle de natalidade. O analista interpretou tais dados como um desejo dos americanos em manter a liberdade individual, mas ao mesmo tempo forçar mais responsabilidade nas pessoas. Neste caso trata-se de uma incoerência lógica, mas que pode ter uma interpretação plausível¹⁹.

Esta combinação de distribuições de opinião logicamente antagônicas entre si pode ser um indicador de que as decisões estão muito frágeis sobre o tema e que uma argumentação convincente pode fazer a opinião pública mudar muito rápido. Ainda olhando a análise dos técnicos do Roper Center, duas pesquisas feitas na mesma época mas usando perguntas um pouco diversas entre si obtiveram resultados significativamente diferentes de aprovação à decisão da Suprema Corte

¹⁸ Ladd (1989). Everett Ladd é diretor do Roper Center for Public Opinion Research - University of Connecticut.

¹⁹ Ver a questão da centralidade das crenças em Rokeach (1968).

em permitir que cada Estado adotasse medidas restritivas ao aborto.

A abordagem mais clássica da propriedade da coerência, porém, é aquela que foca as incoerências no nível da opinião individual, através de cruzamentos das respostas de um mesmo indivíduo a várias perguntas diferentes mas ligadas ao mesmo assunto. Um dos autores que refletiu e estudou muito sobre tais incoerências foi Philip Converse²⁰. Baseado em um famoso experimento, Converse defendeu em 1964 a tese de que quando os temas de opinião pública não têm grande saliência para os indivíduos ou são difíceis para a maioria entender, a probabilidade de que as opiniões sejam artificiais e sem nenhuma estabilidade é muito grande. A partir disso ele criou o conceito de “não-atitude”. Uma não-atitude é a ausência de uma atitude real, ou seja, é uma opinião que a pessoa dá sobre certos assuntos sem qualquer consistência, vazia de conteúdo.

Desafiando as conclusões pessimistas de Phillip Converse, Page e Shapiro escreveram recentemente um livro chamado *The Rational Public*²¹. Estes dois autores procuram demonstrar, através da análise de 50 anos de dados de pesquisas de opinião pública feitas nos Estados Unidos, que a opinião coletiva é estável e faz bastante sentido, a despeito da fraqueza das opiniões individuais. Isto resulta do que eles chamam de “efeito de agregação estatística”, além do processo social de formação das opiniões. Os autores utilizaram teoremas matemáticos para provar que o resultado obtido para uma opinião coletiva é igual à média das tendências centrais de cada indivíduo e que, portanto, a média geral reflete a verdadeira tendência central da opinião pública. Além da explicação matemática, estes autores nos lembram que cada indivíduo traz para a discussão coletiva um pouco de informação, evitando que as opiniões se baseiem em dados incompletos ou enviesados.

Após analisarem um sub-grupo de 1.128 perguntas que foram repetidas da mesma forma pelo menos duas vezes ao longo de cinquenta anos, eles descobriram um nível de estabilidade incrível na opinião pública americana. Somente em 42% destas perguntas houve uma mudança significativa na distribuição das opiniões e destas, 43% foram diferenças de menos de 10 pontos percentuais, ou seja, muito pequenas para serem sinais de grande instabilidade.

A última propriedade da opinião pública que merece ser citada é a latência. O cientista político V. O. Key²² descreve esta propriedade como uma avaliação do estado de “hibernação” da opinião pública em oposição à “ativação”. Um fenômeno de opinião pública latente é aquele onde existe um potencial para uma manifestação, mas ainda não houve explicitação da opinião, ou seja, ela ainda não se tornou pública. A passagem do estado latente para o ativo vai depender da

²⁰ Converse (1964).

²¹ Page e Shapiro (1992).

²² Key, op. cit.

relevância e do nível de relação que o estímulo ativador mantém com os valores, crenças e atitudes básicos do indivíduo. Para lembrar uma passagem recente, quando o ex-presidente Collor em 1992 incitou os cidadãos a saírem às ruas de verde-amarelo para protestar contra as denúncias feitas contra ele, o que ele fez foi “ativar” o sentimento de repulsa da sociedade, que fez o contrário: os indivíduos preferiram sair vestidos de negro para demonstrarem seu descontentamento com a situação.

As pesquisas quantitativas possibilitam a análise de dados de opinião pública em relação a todas estas propriedades: distribuição, direção, intensidade, coerência e latência. No entanto, a simples observação de outras formas de manifestação da opinião pública pode fornecer indícios suficientes para uma classificação de um certo contexto como polarizado ou consensual, latente ou ativo, coerente ou incoerente etc.

A idéia de propriedades e a sua utilização enquanto instrumento analítico é importante, pois cada propriedade relaciona-se a um aspecto que auxilia na previsão de futuros movimentos ou efeitos das manifestações de opinião na vida da sociedade. Essas relações estão esquematizadas no quadro abaixo :

Tabela 2
Propriedades da opinião pública e dimensões previsíveis

propriedades da opinião pública	dimensões previsíveis
direção	conteúdo da escolha
distribuição	nível de conflito
intensidade	força de reação
coerência	estabilidade
latência	expressão de reação

Deve-se tomar cuidado, porém, com o nível de generalização das interpretações feitas com base em apenas um dos tipos de manifestação da opinião pública, pois um mesmo tema pode gerar reações diferenciadas que se expressam de formas diferentes nos sub-grupos existentes na sociedade ou comunidade em questão. Na verdade, voltamos à discussão da importância de um esforço conjunto dos pesquisadores de fenômenos de opinião pública para criar uma lista de possíveis generalizações em relação a estas propriedades e como elas aparecem em uma situação compartimentada e multifacetada, como são normalmente as que lidamos no dia-a-dia profissional.

Parece-nos que a questão central por onde deveríamos iniciar tal esforço é a das diferenciações internas à opinião pública, ou seja, a polaridade já definida como massa/elites, experts/não-experts, público interessado/desinteressado, formadores

-disseminadores/ receptores etc. Será tal diferenciação inerente ao conceito e a operacionalização da opinião pública? Será que realmente existem pessoas sem opinião sobre determinados assuntos? Trata-se de uma diferenciação essencial ou contextual, isto é, cada indivíduo pode e efetivamente assume o papel de expert ou de desinformado dependendo do tema tratado?

Zaller²³, por exemplo, defende a idéia de que obtemos nas pesquisas “opiniões temporárias”, pois cada indivíduo tem várias “opiniões potenciais” para um mesmo assunto, formando uma opinião específica de acordo com o contexto do momento da pesquisa. Perguntaríamos, portanto, se existem diferenças de capacidade para formar estas opiniões específicas e em caso positivo, o que isso significa para os movimentos da opinião pública?

A contrapartida é a tese de Page e Shapiro²⁴, defendendo a consistência e estabilidade das correntes de opinião pública como um todo, independente das diferenciações individuais. Esta tese contraria totalmente a crença de que a opinião pública é algo facilmente manipulável por forças externas. Para eles, a opinião pública é o resultante de todas as forças envolvidas, podendo ser encarada como um sinal claro de uma sociedade sobre os rumos que está tomando.

O tema, como se vê, é amplo. Esse artigo pretendeu chamar a atenção para as dificuldades que o assunto apresenta, balizar algumas polêmicas e realçar a inexistência de uma conceituação de opinião pública que seja passível de ser aceita pelas diversas disciplinas entre os autores estudados, e que tenha como característica simultânea a capacidade de não ser tão restritiva (seja por elitismo, exigir racionalismo, buscar o consenso etc.) a ponto de limitar a discussão a um grupo minúsculo de fenômenos, de um lado, nem tão generosa a ponto de colocar no campo da opinião pública qualquer tipo de relacionamento social, por outro. A continuidade desse tipo de discussão servirá para definir melhor o nosso próprio papel de pesquisadores, na medida em que os limites de nossa atividade estão necessariamente ligados à nossa compreensão dos limites do nosso próprio objeto de estudo: a opinião pública.

²³ Zaller, op. cit.

²⁴ Page, e Shapiro, op. cit.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENIGER, J. R. The impact of polling on public opinion: reconciling Foucault, Habermas and Bordieu. *International Journal of Public Opinion Research*, Oxford, Oxford University Press, v. 4, n. 3, autumn 1992.

CONVERSE, P. The nature of belief systems in mass publics. In: APTER, D. E. (org.). *Ideology and discontent*. 1964.

FARAH, S. *O fator opinião pública: como lidar com ele*. São Paulo: IBRACO, 1992.

FIGUEIREDO, R.; CERVELLINI, S. *O que é opinião pública*. Ed. Brasiliense (no prelo).

GOMES C. T. *Opinião pública: os bastidores da ação política*. São Paulo: Global Editora, 1993.

HABERMAS, J. Técnica e ciência enquanto ideologia. In: GRUNNEWALD et al. – tradutores. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, p. 341, 1983.

HERBST, S. Surveys in the public sphere: applying Bordieu's critique of opinion polls. *International Journal of Public Opinion Research*, Oxford, Oxford University Press, v. 4, n. 3, autumn 1992.

KEY JR., V. O. *Public opinion and american democracy*. New York: Alfred A. Knopf, 1961.

LADD, E. C. Has public opinion shifted on abortion?. *The Public Perspective*, Storrs, The Roper Center, v. 1, 1989.

LANE, R. E.; SEARS, D. O. *A opinião pública*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

LIPPMAN, W. *The phantom public*. London: Transaction Publishers, 1993.

MANIN, B. *Le concept d'opinion publique*, s/d

MATTEUCCI, N. Opinião pública. In: BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UnB, 1986.

OSKAMP, S. *Attitudes and opinions*. New Jersey: Prentice-Hall, 1977, p. 9.

PAGE, B. I.; SHAPIRO, R. Y. *The rational public: fifty years of trends in american's policy preferences*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

ROKEACH, M. *Beliefs, attitudes and values: a theory of organization and change*. San Francisco: Jossey-Bass, 1968.

ZALLER, J. R. *The nature and origins of mass opinion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 2.

Recebido para publicação em Novembro de 1995.